

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Acolhimento de migrantes e refugiados

O senador gaúcho Paulo Paim (PT, foto) apresentou um projeto para incluir expressamente a oferta de acolhimento a migrantes, refugiados e apátridas nos serviços do Sistema Único de Assistência Social (Suas). A proposta altera a Lei de Migração e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) para proibir que o acesso a esses serviços seja condicionado à comprovação de regularidade migratória, inscrição no CPF ou comprovante de residência. Na justificativa da matéria, o parlamentar gaúcho defende a consolidação das ações humanitárias em legislação permanente: “O objetivo da presente proposição é converter ação de governo em política de Estado, preservando-se integralmente o regime emergencial que já existe. Não substituímos o instrumento de crise. Damos a ele um piso que não desaparece quando a crise sai das manchetes”.



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO/JC

Proteção à simplificação do MEI

O deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSD) protocolou o Projeto de Lei Complementar (PLP 244/2026) para assegurar a manutenção da dispensa de emissão de documento fiscal pelo Microempreendedor Individual (MEI) nas operações destinadas a consumidores pessoas físicas. A proposta busca impedir que regulamentações decorrentes da reforma tributária - como a implementação do IBS e da CBS - criem novas obrigações acessórias e burocráticas para a categoria. Na justificativa da matéria, o parlamentar do Rio Grande do Sul defende a preservação do modelo simplificado: “Não se pode permitir que a reforma tributária, concebida também sob o princípio da simplificação, resulte em aumento desproporcional da burocracia justamente para aqueles que possuem menor capacidade administrativa e financeira”.

Segurança e moradia na Malha Sul

O Ministério Público Federal (MPF) ingressou com ação civil pública na Justiça Federal do Rio Grande do Sul para obrigar a União, o Dnit, a ANTT e a concessionária Rumo a delimitarem as faixas de domínio e elaborarem estudos de risco sobre as ocupações da Malha Sul ferroviária. A iniciativa visa equacionar um conflito histórico em trechos do Estado, de Santa Catarina e do Paraná, onde aproximadamente 2.755 quilômetros de trilhos não possuem mapeamento de segurança, resultando na ocupação por populações vulneráveis. Ao contestar as ações de despejo individuais movidas pela concessionária, o MPF argumenta que a prática “não enfrenta a real causa do problema, que é a carência de moradia”, e pede prazo de dois anos para a delimitação precisa do terreno, protocolo técnico de avaliação socioeconômica em seis meses e a obrigatoriedade de inclusão dessas exigências no edital da próxima concessão da rede.

PGR fecha delação em caso do filme Dark Horse

Empresário teria relação com Vercaro para viabilizar financiamento

/ INVESTIGAÇÃO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) fechou acordo de delação premiada com Antônio Carlos Freixo Júnior, conhecido como Mineiro, dono da empresa que teria sido utilizada por Daniel Vercaro para enviar recursos que financiariam Dark Horse filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Próximo de Vercaro, Mineiro foi alvo de busca e apreensão em janeiro na segunda fase da Operação Compliance Zero, que investiga as fraudes no Banco Master. A informação foi divulgada pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha.

O acordo foi enviado para validação do ministro André Mendonça, Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a investigação da Polícia Federal, a Entre Investimentos e Participações funcionava como um braço operacional de Vercaro, ajudando no repasse de recursos

definidos pelo banqueiro.

O dinheiro transferido pela Entre foi para o fundo Havengate Development Fund, nos Estados Unidos, que é administrado por Paulo Calixto, advogado ligado ao ex-deputado Eduardo Bolsonaro.

O valor seria usado no financiamento do filme, mas as autori-

dades suspeitam que parte poderia ter sido destinada a Eduardo.

Essa é a segunda delação fechada no caso do Banco Master pela PGR. A primeira foi com o ex-dono da gestora de fundos Reag, o empresário João Carlos Mansur. O material também foi encaminhado a Mendonça.

DARK HORSE/REPRODUÇÃO/JC



Dark Horse é inspirado na trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro

Deputado Nikolas Ferreira pediu ajuda a banqueiro

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) pediu que Daniel Vercaro, do Banco Master, ajudasse seu ex-assessor de gabinete, Thiago Faria, e seu advogado a liberar “um ativo de minério”, segundo coluna da jornalista Juliana Dal Piva no ICL Notícias.

O áudio obtido pelo ICL foi enviado em 30 de março de 2025, um domingo. Nele, o parlamentar chama o ex-banqueiro de “Dani” e afirma que gostaria de ter mais proximidade com Vercaro, que respondeu com um áudio de visualização única. Na sequência, Nikolas agradece e envia o contato de Thiago Faria, e Vercaro encerra afirmando: “Amém irmão. Estamos na guerra juntos”.

No dia seguinte, o deputado avisa a Vercaro que Faria estaria à disposição em Brasília.

O conjunto de mensagens não revela se o ex-banqueiro atendeu ao pedido do ex-assessor de Nikolas. Ainda na mensagem de voz, o parlamentar pede desculpas por publicações em que criticou um evento financiado pelo Banco Master em Londres.

“Troquei ideia lá com o pas-

tor Valadão naquela época, lá naquela postagem, eu falei: Pastor, eu não fazia ideia que era este o banco do Dani etc. e tudo, se não, obviamente eu não teria postado, já teria conversado anteriormente, mas enfim, acabou que a palavra dita não tem como voltar, né? Mas espero que tenha sido esclarecido, enfim, depois vamos marcar da gente se encontrar também, tá bem? Um abraço, lindão.”

Mensagens obtidas pela coluna também mostram que, em 2024, em conversa com o empresário Flávio Carneiro, Vercaro afirma ter custeado voos de Nikolas, sem detalhar quantos e em qual período. “Esse Nikolas eu banqueei todos os voos dele”, diz, ameaçando divulgar a informação.

Nikolas Ferreira foi procurado via assessoria às 9h13min e não respondeu até o momento. A reportagem tenta contato com Thiago Faria. Ao ICL ele negou irregularidades.

“O Vercaro é de Belo Horizonte e eu sou de Belo Horizonte e a gente conhece todo mundo. Uma vez eu, enfim, tinha um ativo minério porque eu trabalho

nessa área de mineração e mandei um ativo minerário pra todo mundo de um contrato que todo mundo sabe que já saiu de uma pessoa que teve um problema e ao qual eu nunca fui chamado para depor na PF porque eu não tenho nada a ver com isso”, afirmou Faria.

ZECA RIBEIRO / CÂMARA DOS DEPUTADOS / JC



Nikolas trata banqueiro por apelido

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323